



---

**REQUERIMENTO Nº 142, de 2007  
(Do Sr. Luiz Couto)**

Requer a realização do Seminário “Lei Maria da Penha – aplicação, desafios e perspectivas”, em parceria com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a realização do Seminário “Lei Maria da Penha – aplicação, desafios e perspectivas”, em parceria com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado

**JUSTIFICATIVA**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias se junta à iniciativa da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado no tocante a proposta de realizar em 27 de novembro um seminário “Lei ‘Maria da Penha’ – aplicação, desafios e perspectivas”.

A Lei nº 11.340/06 é fruto de longos e profundos debates no Congresso Nacional, é ainda resultado de denúncias de casos advindos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – CIDH/OEA e de exigências da sociedade. A Lei Maria da Penha representa uma conquista importante no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres e recebeu este nome como forma de homenagear a pessoa símbolo dessa luta, Maria da Penha Fernandes, que sobreviveu a duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido, ficou tetraplégica, mas engajou-se na luta pelos direitos da mulher e na busca pela punição dos culpados. No seu caso, a punição do marido agressor só veio 19 anos e 6 meses depois.

No dia 22 de agosto de 2007 a Lei completou um ano de vigência. Desde sua sanção, recebeu uma boa acolhida por parte da sociedade e da imprensa e abriu espaço para matérias jornalísticas sobre a violência contra a mulher, reduzindo a histórica invisibilidade do tema decorrente não só da complexidade do fenômeno, mas também pela cultura patriarcal e machista da sociedade brasileira que subsiste até hoje.

Mesmo diante de tamanho avanço precisamos nos perguntar sobre a aplicação e os efeitos dessa lei. Sabemos que o número de Delegacias Especializadas de



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



---

Atendimento à Mulher (DEAMs) aumentou, mas é suficiente? A capacitação dos agentes ocorreu, melhorou? Foi implantado um sistema eficiente de abrigo para mulheres em situação de risco?

É por essas e outras questões que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias se junta a Comissão de Segurança Pública e buscará fazer uma avaliação e estabelecer um debate para que o parlamento identifique se a Lei Maria da Penha está efetivamente colaborando para efetivar os Direitos Humanos das Mulheres. Neste sentido se aliará a sociedade civil organizada, o Judiciário e o Executivo para construir um cenário de como a Lei está sendo implementada.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2007.

Deputado **LUIZ COUTO** – PT/PB